

encaminhamento dos processos aos diversos setores, gestão da agenda, receção e relações públicas.

Anteriormente, ocupou o cargo de secretária do Conselho de Administração do INPI — Instituto Nacional de Propriedade Industrial que, mais tarde, em mobilidade, foi colocada na DGPDN e um ano depois integrada naquela entidade.

Desde 1996 ocupou cargos de secretária de vários Gabinetes de membros do Governo.

Habilitada com o curso geral do comércio, realizado em Moçambique, curso de secretariado, curso «english for secretaries» Londres, curso de formação relações públicas, curso de formação contínua — protocolo oficial e organização de programas especiais, curso de formação contínua — gestão do tempo e organização do trabalho, curso de formação contínua — cidadania organizacional, produtividade e satisfação no trabalho.

209466709

Despacho n.º 4477/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como Assessora do meu gabinete a mestre Ana Catarina Braz dos Santos.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Ana Catarina Braz dos Santos é jornalista há cerca de 20 anos, tendo-se destacado pelo desempenho da profissão na editoria de política da Rádio TSF. A frequentar o Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa, é Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela mesma Universidade, com média final de 18 valores por unanimidade, pós-graduada em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Pós-Graduada em Jornalismo Jurídico pela Universidade Católica Portuguesa, tem o curso avançado em Direito Penal Económico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e é licenciada em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Frequentou diversas Universidades internacionais como a Complutense de Madrid ou a American University. Tem vários cursos de formação avançada em política externa e diplomacia, jornalismo político e comunicação política, sistema financeiro e supervisão bancária, direito penal económico e europeu, direitos fundamentais, etc. Frequentou ainda nos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado norte-americano um Programa de liderança e cooperação transatlântica para Líderes Europeus. Foi bolsista em estudos de jornalismo, também nos EUA, onde frequentou o Committee of Concerned Journalists em Washington D. C. E desde 2011 leciona em diversas instituições de ensino superior e ensino politécnico.

Enquanto jornalista recebeu vários prémios de jornalismo nacionais e internacionais, bem como menções honrosas e menções de reconhecimento de mérito jornalístico. Tem três livros publicados, entre os quais «O Papel Político do Tribunal Constitucional». Desempenhou funções de jornalista designadamente no acompanhamento da atividade executiva de vários Governos e Presidentes da República e foi enviada especial a diversos palcos de acontecimentos mundiais de relevo e também conflitos internacionais. Nos últimos nove meses esteve a coordenar um gabinete de comunicação política e imprensa para as eleições presidenciais.

209466555

Despacho n.º 4478/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo

como Adjunto do meu gabinete o licenciado Jorge Eduardo Ferreira Silva Aranda, Conselheiro de Embaixada do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Jorge Eduardo Ferreira Silva Aranda — nasceu em 29 de agosto de 1974, em Luanda, Angola; licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 5 de junho de 1997; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 19 de fevereiro de 1998; terceiro-secretário de embaixada, em 12 de maio de 1999; em comissão de serviço na Embaixada em Copenhaga, em 11 de julho de 2002; na Secretaria de Estado, em 16 de janeiro de 2003; segundo-secretário de embaixada em 20 de fevereiro de 2003; na Embaixada em Berlim, em 10 de março de 2003; primeiro-secretário de embaixada, em 20 de fevereiro de 2006; adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, em 19 de fevereiro de 2008; assessor diplomático do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, em 31 de outubro de 2009; na Secretaria de Estado, em 21 de junho de 2011; em comissão de serviço na Embaixada em Varsóvia, em 30 de junho de 2011; em missão extraordinária de serviço diplomático, como encarregado de negócios a. i. na Embaixada em Helsínquia, em 28 de dezembro de 2011; na Delegação de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em 12 de maio de 2012; conselheiro de embaixada, em 10 de agosto de 2015.

209466644

Despacho n.º 4479/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como Assessor do meu gabinete o licenciado Bernardo Fernandes Homem de Lucena, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 27 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Bernardo Fernandes Homem de Lucena — Nasceu em 22 de agosto de 1960, em Lisboa, casado; licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 11 de setembro de 1986; Adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1987; Secretário de embaixada, em 19 de abril de 1990; Adjunto do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1 de outubro de 1991; na Embaixada em Paris, em 12 de fevereiro de 1993; Cônsul-Geral em Maputo, em 9 de dezembro de 1997; Primeiro-secretário de embaixada, em 2 de março de 1998; na Secretaria de Estado, como Chefe de Divisão na Direção de Serviços da PESC, em 1 de outubro de 2000; Correspondente Europeu Adjunto em outubro de 2000; Correspondente Europeu, em setembro

de 2001; Conselheiro de embaixada, em 18 de abril de 2002; Diretor de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, na Direção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 11 de setembro de 2002; na Embaixada em Roma, em 16 de agosto de 2004; Secretário-geral Adjunto em 6 de janeiro de 2009; Ministro plenipotenciário em 11 de setembro de 2009; na Embaixada de Portugal na Cidade da Praia, com credenciais de Embaixador, em 27 de setembro de 2011.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito; Grande Oficial da Ordem de Bernardo O'Higgins, do Chile; Comendador da Ordem do Mérito de Itália; Oficial da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha; Cruz de Oficial da Ordem "Pro Merito Melitensi" da Ordem Soberana e Militar de Malta; Oficial da Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos; Oficial da Ordem do Mérito de França; Cavaleiro da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha; Cavaleiro da Ordem do Mérito, do Equador; Cavaleiro da Legião de Honra, de França.

209466603

Despacho n.º 4480/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, e nos termos da delegação de competências efetuada pelo Despacho n.º 2290-AK/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 15 de fevereiro de 2016, designo para exercer funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete Liliana de Brito, Agente Principal n.º 5079/136824 da Polícia de Segurança Pública.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório de origem, nos termos dos n.ºs 8 e 11 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste, nos termos do n.º 12 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de março de 2016. — A Chefe do Gabinete, *Rita Faden da Silva Moreira Araújo*.

Nota curricular

Liliana de Brito, 54 anos, 12.º ano da escolaridade no Liceu D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro.

Situação profissional:

Agente Principal da Polícia de Segurança Pública.

Experiência profissional:

Desde novembro de 1995, afeta ao Gabinete do Primeiro-Ministro, desempenhando funções na receção.

Em julho de 1999, promovida a agente principal da Polícia de Segurança Pública.

Em abril de 1995, transferida para o Comando Metropolitano da Polícia Segurança Pública de Lisboa.

Em novembro de 1988, transferida para o Aeroporto de Santa Catarina da Madeira.

Entre agosto de 1988 e outubro de 1988, colocada no Comando Regional da Polícia Segurança Pública da Madeira.

De 26 de outubro de 1987 a 16 de junho de 1988 frequentou o curso de formação de Agente da Polícia de Segurança Pública, na Escola Prática da Polícia, em Torres Novas.

De setembro de 1984 a setembro de 1987, funcionária de empresa de restauração no Aeroporto do Porto Santo.

De maio de 1982 a junho de 1984, funcionária do Hotel Praia Dourada do Porto Santo.

209467121

Despacho n.º 4481/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e

do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, e nos termos do despacho de delegação de competências efetuada pelo Despacho n.º 2290-AK/2016, publicado no *DR* 2.ª série, n.º 31, de 15 de fevereiro de 2016, designo para exercer funções administrativas no serviço de apoio privativo do Gabinete Alberto do Nascimento Cabral, assistente técnico da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e pelo orçamento do Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de março de 2016. — A Chefe do Gabinete, *Rita Faden da Silva Moreira Araújo*.

Nota curricular

Dados pessoais e habilitações académicas:

Alberto do Nascimento Cabral, 63 anos, com o Nível Secundário — 12.º ano.

Experiência profissional:

Desde agosto de 2005, com a categoria de Assistente Técnico, exerce funções no Gabinete de Apoio ao Primeiro-Ministro.

De setembro de 2004 a julho de 2005, com a categoria de Assistente Administrativo Especialista, exerceu funções na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), na Direção de Serviços dos Recursos Humanos — Secção de Pessoal. De setembro de 2002 a agosto de 2004, com a categoria de Assistente Administrativo Especialista, exerceu funções no Gabinete de Apoio ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

De abril de 2002 a agosto de 2002, com a categoria de Assistente Administrativo Especialista, exerceu funções na Secretaria-Geral do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na Direção de Serviços de Informação.

De dezembro de 1996 a março de 2002, com a categoria de Assistente Administrativo

Especialista, exerceu funções no Gabinete de Apoio ao Primeiro-Ministro.

De julho de 1993 a novembro de 1996, com a categoria de 2.º Oficial, exerceu funções na Direção de Serviços de Informação da Secretaria-Geral do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, como responsável e coordenador do Gabinete de Apoio ao Diretor de Serviços.

De abril a junho de 1993, com a categoria de 2.º-Oficial, exerceu funções na Direção de Serviços de Apoio e Controlo — Núcleo de Arquivo e Microfilmagem, da Secretaria-Geral do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

De agosto de 1975 a março de 1993, com a categoria de 3.º-Oficial, exerceu funções no Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca (FRAIP), na Secção de Apoio à Pesca Artesanal (SAFPA).

209466863

Despacho n.º 4482/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, e nos termos do despacho de delegação de competências efetuada pelo Despacho n.º 2290-AK/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 15 de fevereiro de 2016, designo para exercer funções de motorista no Gabinete Paulo Jorge Pinheiro da Cruz Barra.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei